Pesquisa e Desenvolvimento em Administração da Educação

Simon Schwartzman

Palestra realizada no X Simpósio Brasileiro de Administração da Educação. Rio de janeiro, 14 de outubro de 1980.

Uma das tarefas importantes dos administradores da Educação é a administração da atividade de pesquisa que se desenvolve dentro da Universidade. Esta atividade de pesquisa precisa ser compreendida e analisada, para que seja administra da de forma adequada. Isto requer, por sua vez, um tipo especial de pesquisa, que é a pesquisa sobre pesquisa, ou seja, a pesquisa que visa a conhecer melhor como esta atividade especial vem se desenvolvendo ou não no ambiente universitário. É sobre esta pesquisa sobre pesquisa que eu gostaria de me dirigir, com algumas reflexões.

I

Todos sabemos que a filosofia que inspira nosso sistema de educação superior supõe a *indissolubilidade do ensino e da pesquisa*. Todos sabemos também que a implementação prática deste princípio encontra as maiores dificuldades. Uma maneira de enfrentar este problema é tratar de determinar, através da pesquisa empírica, em que condições esta indissolubilidade realmente se dá, dentro e fora do país. Acredito que uma pesquisa deste tipo poderia revelar fatos como estes:

a) Em todo o mundo, muito poucas universidades realizam um casamento realmente feliz entre ensino e pesquisa. Em todo o mundo, nenhum país conseguiu uma integração adequada entre ensino e pesquisa em todo o seu sistema de ensino superior.
b) Ea realidade, o sistema universitário cumpre uma pluralidade de funções, nem todas elas compatíveis entre si. Estas funções incluem:

    i. Formar profissionais para o mercado de trabalho
    ii. Dar uma educação genérica pós-secundaria para as classes médias e altas

iii. Abrir um canal de mobilidade social para classes ascendentes
iv. Dar condições para a realização de pesquisas de tipo científico
v. Desenvolver conhecimentos que permitam transformar e melhorar a sociedade à qual pertence
vi. Formar pesquisadores e professores

É bastante claro que estas funções nem sempre são compatíveis. Por exemplo, existe uma contradição grande entre formar profissionais e dar educação genérica, entre o ensino de massa e a formação de pesquisadores, entre a atividade profissional do cientista que trabalha na universidade e a atividade do professor.

A pesquisa empírica poderá mostrar que, em todos os países que desenvolveram sistemas universitários mais abrangentes e modernos, houve uma tendência de especializar diferentes instituições superiores em diferentes funções. Assim, por exemplo, a França forma suas elites dirigentes nas *Grandes Écoles*, distribui educação genérica através do sistema universitário e forma seus pesquisadores junto aos laboratórios do CNRS. Os Estados Unidos concentram a atividade de pesquisa científica mais acadêmica em alguns centros universitários mais importantes, e proporcionam educação de massa através dos *colleges*, enquanto que o ensino profissional é feito em escolas especializadas. Outros países dividem seus sistemas de educação superior entre escolas técnicas e universidades, e tendem a colocar a atividade científica, seja ligada a alguns centros universitários mais importantes, seja em instituições separadas.

Na realidade, é sabido que o postulado da indissolubilidade do ensino e da pesquisa deriva de um modelo histórico bem conhecido, que é o da Prússia do século XIX, ou mais precisamente a Universidade de Berlim. Naquele sistema, as universidades competiam pelos melhores professores, e os critérios de produtividade científica eram fundamentais para a definição da qualidade. Existem alguns fatores peculiares que fazem da experiência alemã algo de difícil reprodução:

- Por razões que seria difícil explicar aqui, a sociedade alemã premiava a atividade acadêmica enquanto tal, o que fazia da pesquisa "pura" na universidade um fim altamente legitimo;

- Ao mesmo tempo, havia um casamento bastante próximo entre a pesquisa química e as aplicações industriais de seus resultados;
- As dimensões do sistema universitário eram de qualquer forma reduzidas, e não se colocava ainda o problema da educação superior de massas, que é o de nossos dias.

No Brasil também existem grandes diferenças. O que ocorre, no entanto, é que estas diferenças não são formalmente reconhecidas. Temos o vício de chamar de "universidade" a todo o sistema de educação pós-secundária, ainda que saibamos que a maioria desta educação se faz em estabelecimentos isolados ou em unidades que de universitárias só têm o nome. Se abandonarmos as definições formais e passarmos ao exame empírico, iremos encontrar, também no Brasil, uma série de instituições desempenhando funções distintas:

- Estabelecimentos de ensino voltados ao ensino profissional;
- Escolas voltadas para as "semi-profissões ", como as de ciências sociais, por exemplo, que na realidade equivalem aos *colleges* na formação de cultura geral;
- Estabelecimentos com maior tradição de ensino acadêmico e pesquisa.

II

Uma vez constatada a grande variabilidade da educação pós-secundaria e o papel frequentemente menor que nele ocupa a pesquisa, cabe a pergunta: que fazer? Aceitar as coisas como são, e abandonar o postulado da indissolubilidade ensino-pesquisa? Ou tratar de impor esta indissolubilidade todo o sistema?

A resposta a esta questão só pode ser realmente obtida com uma pesquisa mais aprofundada sobre *a realidade do relacionamento entre ensino e pesquisa*, que possa examinar o conteúdo real deste postulado. Acredito que este tipo de estudo mostrará que o ensino ligado à pesquisa, quando ocorre, tende a ser de excelente qualidade. Mas mostrará também que esta vinculação ensino-pesquisa tende a ser extremamente elitista e exclusivista, porque ela supõe, para funcionar, um relacionamento pessoal e tutorial entre professor e aluno, e isto supõe também, por sua vez, poucos alunos por professor, e

professores que sejam eles próprios pesquisadores realmente de qualidade. A pesquisa mostrará que não há forma de massificar este sistema a não ser pela criação de uma profusão de falsos pesquisadores e falsas pesquisas, levando à difusão de uma noção também falsa do que é a atividade científica, o que por sua vez se relaciona com má formação aos alunos.

Ao mesmo tempo, é possível que a pesquisa mostre existirem formas de ensino que sejam muito mais efetivas para a educação de qualidade em larga escala, e que não exigem que os professores sejam, eles mesmos, pesquisadores. Currículos bem cuidados, material didático bem preparado e em constante revisão, demonstrações de tipo científico para fins educacionais, programas periódicos de reciclagem e atualização de professores, todos estes meios podem melhorar consideravelmente o nível de formação profissional e geral dado no sistema de educação universitária de massas, sem que para isto todos os professores sejam forçados a vestir a camisa, muitas vezes falsa, de pesquisadores.

A conclusão de toda esta pesquisa sobre a pesquisa científica na Universidade poderá mostrar que a pesquisa científica desempenha um papel relativamente menor, ainda que importante, dentro do sistema universitário. Este papel talvez consista, essencialmente, no seguinte:

a) Reproduzir e ampliar a força de trabalho de pesquisadores científicos dentro do país, que são, obviamente, uma parcela bem diminuta da massa estudantil;

b) Manter centros de formação de professores universitários de alto nível, que possam, por um trabalho sistemático, contribuir para a melhoria e reciclagem periódica da massa de professores.

c) Dar um espaço, na sociedade, à pesquisa acadêmica, que não responda de forma direta às demandas políticas e econômicas da sociedade, e possa assim explorar de forma mais livre alternativas possíveis em todas as áreas de conhecimento.

III

O terceiro tipo de indagação não parte mais do sistema universitário, mas já agora do ponto de vista da pesquisa científica enquanto tal. Como se dá a pesquisa cientifica em

um país moderno? Como ela se dá em um país como o Brasil? Qual o papel da pesquisa universitária no conjunto das atividades científicas de um país?

A análise sistemática destas questões pode também revelar algumas coisas inesperadas. A primeira é que, se nós separarmos "pesquisa" de "desenvolvimento", ou "pesquisa básica" de "pesquisa aplicada", vamos encontrar que nos países desenvolvidos a parte aplicada absorve a maior parte dos recursos, enquanto que nos países subdesenvolvidos ocorre o oposto. No entanto, se tratarmos de ver quem faz estas pesquisas, fica claro que a pesquisa mais pura ou básica tende a se localizar em instituições acadêmicas e universitárias, enquanto que a pesquisa aplicada tende a se localizar junto a empresas privadas ou agencias governamentais, particularmente as militares.

Estas duas constatações levam a uma conclusão muito importante, que é a seguinte: *o perfil da pesquisa acadêmica nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos não é muito distinto*. A grande diferença é que os países subdesenvolvidos quase não fazem pesquisa aplicada ou de desenvolvimento.

Isto é básico porque existe frequentemente a tendência de tomar o primeiro fato acima, ou seja, o das proporções inversas entre os diferentes tipos de pesquisa nos dois tipos de países, como base para querer transformar toda a pesquisa universitária, em países como o Brasil em pesquisa aplicada. Esta tendência pode levar a dois tipos de risco bastante sérios:

O primeiro é o desestímulo à atividade de pesquisa mais livre, autônoma e descomprometida que a universidade, por si mesma , tende a proporcionar. Eliminar este tipo de pesquisa em nome das "aplicações práticas" pode levar a uma amputação séria na capacidade de pensar criativamente e inovadoramente no país, e transformar os centros universitários mais importantes em meras agências de execução de tarefas definidas em outros centros.

O segundo é deixar de enfrentar o fato de que a questão do papel social e econômico da pesquisa científica em um país como o Brasil não depende tanto do tipo de pesquisa que se faça, e sim da política econômica e tecnológica mais geral do país. Pesquisadores muitas vezes se sentem frustrados pelo trabalho acadêmico que realizam, e buscam solucionar seus problemas pela escolha de temas mais práticos e aplicados; mas

frequentemente se frustram duplamente, porque os resultados que eventualmente encontram só raramente podem ser transformados em benefícios sociais significativos.

Um capítulo especial neste tópico é o do papel da pesquisa no processo decisório. É muito comum encontrarmos entre pesquisadores da educação, por exemplo, a noção de que só é relevante aquela pesquisa que possa proporcionar aos que têm responsabilidade por decisões de política educacional instrumentos efetivos para a melhoria de sua ação. Esta atitude, sem dúvida louvável em suas intenções, leva no entanto frequentemente a dois resultados negativos. Primeiro, as pessoas em posição de decisão dificilmente levam os resultados destas pesquisas em consideração, o que produz desânimo e frustração para o pesquisador; e, segundo, na preocupação com sua aplicabilidade, as pesquisas perdem qualidade e relevância substantiva, e se empobrecem.

Caberia indagar mais a fundo pelas as razões pelas quais os tomadores de decisão normalmente não utilizam os resultados das pesquisas. Existem, a meu ver, duas ordens de razões. A primeira e que os pesquisadores frequentemente tem muito pouca noção a respeito do funcionamento efetivo dos núcleos e centros de decisão, da complexidade das atividades ali desenvolvidas, e por isto o tipo de resultados que oferecem frequentemente são de pouca valia para quem decide. Este problema pode ser sanado, evidentemente, com um melhor estudo do próprio processo decisório. Este último estudo revelaria necessariamente, no entanto, a segunda ordem de razões: é que quem decide dificilmente o faz utilizando-se dos meios mais racionais, que são os que as pesquisas, supostamente, forneceriam. Normalmente, decisões são tomadas em função de necessidades imediatas, em que o "urgente" frequentemente toma precedência sobre o "importante"; de uma maneira geral, os decisões se contentam com soluções que levem a resultados que "satisfaçam", e não, necessariamente, que "otimizem" ou maximizem determinados objetivos; só em condições muito especiais, quando existe uma pressão externa muito grande que ameace a própria sobrevivência institucional de quem decide, é que a racionalidade tende a ser maximizada. Assim, por exemplo, firmas em situação de mercado .competitivo são obrigadas a maximizar sua eficiência para evitar a falência. Mas a racionalidade da sobrevivência institucional pode ser, evidentemente, distinta da racionalidade ligada ao conteúdo da atividade que a instituição deve desempenhar.

Em conclusão, eu gostaria de dizer que a pesquisa sobre a pesquisa na Universidade é muito importante porque ela permite que pensemos esta questão longe dos dogmas e das soluções mais simplistas e aparentemente salvadoras. Eu poderia apresentar, como conclusões provisórias a partir de alguma pesquisa que já existe e do que conheço sobre o tema, as seguintes proposições:

a) A pesquisa científica ocupa uma posição relativamente menor dentro do sistema de educação pós-secundária, e é um erro tratar de impô-la de forma. generalizada para todo o sistema.

b) Apesar de sua posição menor, ela desempenha uma papel importante, e deve ser protegida e estimulada dentro do sistema universitário, naquelas instituições que reúnem condições reais de fazê-la de forma adequada.

c) A pesquisa universitária deve ser preferencialmente acadêmica, de nível alto, e não pretender chamar a si a responsabilidade pela solução dos problemas que são naturalmente afetos à área política e econômica.